



Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

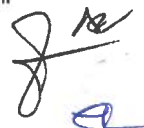
Relatório e Contas 2013

(valores expressos em euros)

Índice

A Empresa	4
Relatório de Gestão	6
<i>Conjuntura Económica Global.....</i>	<i>6</i>
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício.....</i>	<i>6</i>
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício</i>	<i>7</i>
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i>	<i>7</i>
Balanço – Ativo	8
Balanço – Passivo e Capital Próprio	9
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	10
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	11
Demonstração de Fluxos de Caixa	12
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	13
1. <i>Nota introdutória.....</i>	<i>13</i>
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....</i>	<i>13</i>
3. <i>Principais políticas contabilísticas.....</i>	<i>13</i>
3.1 <i>Bases de apresentação.....</i>	<i>13</i>
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis.....</i>	<i>14</i>
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i>	<i>14</i>
3.4 <i>Locações</i>	<i>15</i>
3.5 <i>Rédito</i>	<i>16</i>
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento.....</i>	<i>16</i>
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i>	<i>17</i>
3.8 <i>Provisões.....</i>	<i>17</i>
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i>	<i>17</i>
3.10 <i>Especialização de exercícios</i>	<i>17</i>
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i>	<i>18</i>
3.12 <i>Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.....</i>	<i>18</i>
4. <i>Fluxos de caixa</i>	<i>18</i>
5. <i>Ativos fixos tangíveis.....</i>	<i>19</i>
6. <i>Locações</i>	<i>21</i>
7. <i>Clientes.....</i>	<i>21</i>
8. <i>Impostos sobre o rendimento.....</i>	<i>22</i>
9. <i>Acionistas/Sócios</i>	<i>23</i>
10. <i>Outras contas a receber.....</i>	<i>24</i>
11. <i>Diferimentos ativos.....</i>	<i>24</i>
12. <i>Instrumentos de capital próprio.....</i>	<i>24</i>

13.	<i>Passivos financeiros.....</i>	25
14.	<i>Estado e outros entes públicos</i>	25
15.	<i>Outras contas a pagar.....</i>	26
16.	<i>Vendas e serviços prestados</i>	26
17.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	27
18.	<i>Gastos com o pessoal.....</i>	28
19.	<i>Amortizações.....</i>	28
20.	<i>Outros gastos e perdas.....</i>	28
21.	<i>Juros e rendimentos similares obtidos.....</i>	29
22.	<i>Partes relacionadas.....</i>	29
23.	<i>Divulgações exigidas por diplomas legais</i>	30
24.	<i>Informações exigidas por diplomas legais</i>	30



Esta página foi deixada em branco intencionalmente

A Empresa

O Grupo Towers Watson, assim denominado, foi formado em 4 de janeiro de 2010 resultado da fusão do Grupo Watson Wyatt com o Grupo Towers Perrin.

A Towers Watson é uma empresa líder global de serviços profissionais que ajudam as organizações a melhorar o desempenho a nível do capital humano, riscos e gestão financeira. Com mais de 14.000 associados em todo o mundo, oferece serviços de consultoria, tecnologia e soluções nas áreas de benefícios para empregados, gestão de talentos, remuneração, gestão de riscos e de capital.

Com a fusão em janeiro de 2010, a empresa portuguesa apenas alterou a sua denominação para Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, doravante TW(P), uma vez que em Portugal, apenas existia uma empresa do Grupo.

A Towers Watson exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

A Towers Watson focaliza-se em proporcionar aos seus clientes informação que permite a tomada de decisões certas e as ações apropriadas. A abordagem seguida fundamenta-se na perspetiva que resulta da experiência de trabalho com uma grande diversidade de questões.

Importa referir, que o ano fiscal da TW(P) não é coincidente com o ano civil sendo que, o exercício fiscal de 2013, compreende o período de 1 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente





Relatório de Gestão

Conjuntura Económica Global

Este ano registou-se um aumento dos nossos proveitos em quase todas as regiões e segmentos, mantendo-se assim o sólido desempenho da empresa num ambiente económico particularmente instável. Face ao ano anterior, os proveitos cresceram cerca de 1%.

Durante o ano fiscal de 2013, as condições económicas globais incertas persistiram, levando-nos a empreender uma série de iniciativas operacionais para ajudar a estabelecer uma base sólida para o nosso crescimento futuro. Os nossos esforços de melhoria contínua foram efetivamente postos em prática com a formação de seis equipas para determinar como nos podemos tornar mais eficientes, como reduzir os custos e oferecer maior valor. Algumas recomendações - como o Workplace 2020 - já estão a ser implementadas, enquanto outras ainda estão a ser aperfeiçoadas para posterior avaliação.

Internacionalmente, a empresa tinha três objetivos significativos para o ano fiscal de 2013: melhorar as capacidades da plataforma OneExchange, realinhar a área de Soluções de Software de Risco e direcionar recursos para as iniciativas de crescimento de longo prazo. Houve alguma pressão sobre os proveitos a obter durante o ano, mas foram alcançados os objetivos organizacionais na construção dos alicerces para o crescimento a longo prazo da empresa. OneExchange é a única plataforma multioperadora no mercado que pode abarcar toda a população de empregados numa base totalmente segura. A área de Soluções de Software de Risco voltou a ter uma rentabilidade histórica e a alienação do negócio de corretagem forneceu capital para redirecionar os nossos recursos para iniciativas de crescimento mais estratégicas, nomeadamente o reforço da OneExchange através da aquisição de Liazon.

A nível nacional, existe uma perspetiva de recuperação gradual da economia, condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental e pela desalavancagem do setor privado. A procura interna continua condicionada também por estes dois fatores, estando por sua vez as exportações a beneficiar da recuperação da atividade económica mundial.

Evolução da Empresa e Análise do Exercício

A empresa diminuiu o seu volume de negócios em 2%, tendo um resultado líquido negativo, justificado pelo aumento de gastos, especialmente com expatriados.

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 7.806.031 Euros, tendo-se verificado um aumento nas exportações de serviços por contrapartida de uma diminuição nas prestações de serviços no mercado interno.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 5.253.940 Euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 4.221.766 Euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.582.181 Euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 74.315 Euros, são referentes, na sua maioria, a diferenças de câmbio.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante negativo de 435.473 Euros no ano fiscal findo a 30 de junho de 2014.

Perspetivas para o Próximo Exercício

Dado que as projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação da atividade, prevê-se um ligeiro aumento dos proveitos para o próximo ano. Também se prevê um aumento das exportações de serviços para a União Europeia, nomeadamente para o Reino Unido, à semelhança do verificado nos anos anteriores.

Proposta de Aplicação de Resultados

A gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2013 e, propõe também, que o resultado líquido negativo do período de 435.473 Euros seja aplicado da seguinte forma:

- - 435.473 Euros - Resultados transitados

Lisboa, 30 de setembro de 2014

A Gerência

Balanço – Ativo

ATIVO	Notas	30 junho 2014	30 junho 2013
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	435.352	330.411
Outros ativos financeiros	4	18.760	-
Ativos por impostos diferidos	8	78.999	-
Outros ativos não correntes		-	170
Total do ativo não corrente		533.111	330.581
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	7	1.993.485	600.332
Estado e outros entes públicos	14	134.349	15.007
Acionistas / sócios	9	1.163.252	1.128.989
Outras contas a receber	10	631.281	3.308.313
Diferimentos	11	41.726	43.759
Caixa e depósitos bancários	4	189.975	215.069
Total do ativo corrente		4.154.067	5.311.469
Total do ativo		4.687.178	5.642.051

Balanço – Passivo e Capital Próprio

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30 junho 2014	30 junho 2013
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reservas legais	12	20.000	20.000
Resultados transitados		2.250.510	1.360.045
		<u>3.149.447</u>	<u>2.258.982</u>
Resultado líquido do exercício		(435.473)	890.465
Total do capital próprio		<u>2.713.974</u>	<u>3.149.447</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Diferimentos		26.965	-
Total do passivo não corrente		<u>26.965</u>	<u>-</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	628.952	568.907
Estado e outros entes públicos	14	356.018	660.190
Outras contas a pagar	15	938.637	1.234.421
Financiamentos	4	22.632	29.086
Total do passivo corrente		<u>1.946.239</u>	<u>2.492.604</u>
Total do passivo		<u>1.973.204</u>	<u>2.492.604</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>4.687.178</u>	<u>5.642.051</u>

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2014	30 junho 2013
Vendas e serviços prestados	16	7.806.031	7.929.560
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.582.181)	(2.193.530)
Gastos com o pessoal	18	(5.253.940)	(4.344.209)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	12.106	(10.937)
Outros rendimentos e ganhos		6.897	25.935
Outros gastos e perdas	20	(74.315)	(34.911)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(85.403)	1.371.909
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 19	(147.158)	(88.029)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	5	(142.431)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(374.992)	1.283.881
Juros e gastos similares suportados	21	520	554
Resultado antes de impostos		(374.472)	1.284.435
Imposto sobre o rendimento do exercício			
- Imposto corrente	8	(140.000)	-
- Imposto diferido	8	78.999	(393.970)
		(61.001)	(393.970)
Resultado líquido do exercício		(435.473)	890.465

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 30 de junho de 2012	100.000	778.937	20.000	1.001.431	358.615	2.258.983
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2012:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	358.615	(358.615)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	890.465	890.465
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>1.360.045</u>	<u>890.465</u>	<u>3.149.447</u>
Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2013:						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	890.465	(890.465)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(435.473)	(435.473)
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>2.250.510</u>	<u>(435.473)</u>	<u>2.713.974</u>

Demonstração de Fluxos de Caixa

	30 junho 2014	30 junho 2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	9.093.047	6.381.951
Pagamentos a fornecedores	(2.694.308)	(1.610.305)
Pagamentos ao pessoal	(5.393.201)	(4.369.824)
Caixa gerada pelas operações	1.005.538	401.822
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(539.220)	(92.314)
Outros recebimentos / pagamentos	(40.603)	(14.550)
Fluxos das atividades operacionais [1]	425.716	294.958
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(390.872)	(47.648)
Empréstimos concedidos a acionistas	(34.263)	(241.104)
Outros ativos financeiros	(18.760)	-
	(443.895)	(288.752)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	520	555
Dividendos	-	-
	520	555
Fluxos das atividades de investimento [2]	(443.375)	(288.197)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(981)	(2.776)
Outras operações de financiamento	-	-
	(981)	(2.776)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(981)	(2.776)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(18.640)	3.985
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	185.983	181.998
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	167.343	185.983

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Towers Watson" ou "Sociedade") é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal ("Ex-Sucursal") e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 245 – 4º B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

Desde a sua constituição, a Sociedade adota como exercício económico o período de doze meses findo em 30 de junho de cada ano.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (arredondados para a unidade) e foram aprovadas pela Gerência na reunião de 30 de setembro de 2014.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro e as normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de junho de 2014, espelhadas nos avisos n.º 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

A adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez no exercício de 2011, pelo que a data de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para este normativo ocorreu a 1 de julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 10
Equipamento administrativo	8

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período de vigência do respetivo contrato de arrendamento (em média 5 anos).

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

i) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é calculada através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.



3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas "Diferimentos".

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza, prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes, o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso e o reconhecimento e realização dos ativos por impostos diferidos.

4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2014 e 2013 detalham-se conforme segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Numerário	463	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189.512	199.569
Aplicações de tesouraria	-	15.000
	189.975	215.069
Descobertos bancários	(22.632)	(29.086)
	167.343	185.983

Por outro lado, em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 Euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º n.º1 alínea d) e do artigo 42º n.º4 do Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de julho. O referido montante foi atualizado para 18.760 Euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal. Aquele montante não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que no decorrer do exercício foi transferido para a rubrica "Ativo não corrente – Outros ativos financeiros".

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2014				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	430.860	435.467	11.350	877.677
Aquisições	278.460	120.315	-	398.775
Abates	-	(218.004)	-	(218.004)
Saldo final	709.319	337.779	11.350	1.058.448
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	219.465	322.403	5.398	547.266
Amortizações do exercício	78.997	68.161	-	147.158
Imparidade para ativos fixos abandonados	142.431	-	-	142.431
Abates	-	(207.145)	-	(207.145)
Outras variações	-	(6.613)	-	(6.613)
Saldo final	440.892	176.806	5.398	623.096
Ativos líquidos	268.427	160.973	5.952	435.352

30 de junho de 2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	430.860	669.055	11.350	1.111.265
Aquisições	-	54.270	-	54.270
Transferências	-	(2.132)	-	(2.132)
Abates	-	(285.725)	-	(285.725)
Saldo final	430.860	435.467	11.350	877.677
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	193.856	541.218	5.398	740.472
Amortizações do exercício	25.609	62.420	-	88.029
Abates	-	(285.725)	-	(285.725)
Outras variações	-	4.490	-	4.490
Saldo final	219.465	322.403	5.398	547.266
Ativos líquidos	211.395	113.064	5.952	330.411

Em 30 de junho de 2014, a rubrica "Edifícios e outras construções" inclui, essencialmente, obras realizadas no exercício e em exercícios anteriores no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade. Os espaços utilizados pela Sociedade (dois) encontram-se abrangidos por dois contratos de arrendamento, os quais foram renegociados durante o exercício, com uma duração de 56 e 54 meses, renováveis automaticamente por períodos de três anos.

No seguimento da não renovação no exercício do contrato de arrendamento de um dos espaços que utilizava, a Sociedade procedeu ao abate de parte dos equipamentos associados aquele espaço. Adicionalmente, em 30 de junho de 2014, a rubrica "Imparidade para ativos fixos abandonados" corresponde à estimativa da Sociedade do valor líquido das obras que se encontravam alocadas ao espaço acima referido. O apuramento definitivo e o abate daquele montante está previsto ocorrer durante o segundo semestre de 2014.

Na sequência da reformulação dos escritórios da Sociedade ocorrida no exercício, a rubrica "Equipamento administrativo" inclui aquisições de novos equipamentos.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 30 de junho de 2014, no montante de 147.158 Euros (88.029 Euros em 30 de junho de 2013), foram registadas na rubrica "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização".



6. Locações

Locações operacionais

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 30 de junho de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	30-06-2014	30-06-2013
Até 1 ano	358.255	242.757
Entre 1 ano e 5 anos	888.283	120.428
A mais de 5 anos	-	-
	<u>1.246.537</u>	<u>363.185</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	30-06-2014	30-06-2013
Pagamentos mínimos	374.846	353.130
Acerto de linearização	-	-
	<u>374.846</u>	<u>353.130</u>
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	<u>374.846</u>	<u>353.130</u>

7. Clientes

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	30-06-2013
Clientes gerais	427.946	536.676
Clientes - empresas relacionadas	1.576.670	86.893
	<u>2.004.616</u>	<u>623.569</u>
Imparidade para clientes	(11.131)	(23.237)
	<u>1.993.485</u>	<u>600.332</u>

Em 30 de junho de 2014, a rubrica "Clientes" apresentava saldos com antiguidade superior a 6 meses no montante de 13.001 Euros. Os restantes saldos têm antiguidade inferior a 6 meses.

A reversão líquida de imparidade ocorrida no exercício no montante de 12.106 Euros foi registada na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de dívidas a receber".



8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 25%. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 no apuramento de impostos fosse de 26,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a Sociedade esteve sujeita a uma taxa de derrama adicional de 2,5%, aplicável ao montante de lucro tributável que excedesse os 2.000.000 Euros.

Na sequência da publicação da Lei n.º 55 – A/2010, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2011, os encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com viaturas cujo custo de aquisição seja igual ou inferior ao limite legal (montante fixado pela Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho) são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição exceda o referido limite fiscal, será aplicada uma taxa de tributação de 20%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a legislação fiscal em vigor previa que os prejuízos fiscais fossem reportáveis durante um período de cinco anos. Para os prejuízos fiscais gerados até ao exercício de 2009, inclusive, o prazo de reporte é de seis anos. Adicionalmente, com a introdução das alterações previstas na Lei do Orçamento do Estado para 2012, a dedução de prejuízos fiscais em exercícios subsequentes fica sujeita ao limite de 75% do lucro tributável apurado nesse exercício (70% a partir de 30 de junho de 2014). Esta limitação aplica-se aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores e aos prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2012. Com a publicação da Reforma do IRC (Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro), a dedução em cada exercício dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2010 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado como segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Imposto corrente estimado (Nota 14)	(140.000)	(393.970)
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais reportáveis	78.999	-
	<u>(61.001)</u>	<u>(393.970)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é como segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Resultado antes de impostos	(374.472)	1.284.435
Taxa de IRC aplicável	26,50%	26,50%
Imposto esperado	<u>(99.235)</u>	<u>340.375</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(46.213)	(43.990)
Imparidade não aceite fiscalmente	37.744	-
Correções relativas a exercícios anteriores	25.838	-
Outros	2.867	(26.415)
Tributação autónoma	140.000	124.000
Imposto registado	<u>61.001</u>	<u>393.970</u>
Taxa efetiva	-16,29%	30,67%

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade procedeu ao registo de 78.999 Euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, os quais a Gerência da Sociedade, de acordo com o orçamento aprovado para o próximo ano, prevê que sejam recuperáveis na sua totalidade.

9. Acionistas/Sócios

Em 30 de junho de 2014 e 2013, esta rubrica incluía os montantes de 1.163.252 Euros e 1.128.989 Euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe. Em 30 de junho de 2014, o empréstimo concedido à casa-mãe vencia juros mensais a uma taxa de 0,01% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de julho de 2014.

10. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	30-06-2013
Acréscimo de rendimentos	628.064	3.296.128
Outros	3.217	12.185
	<u>631.281</u>	<u>3.308.313</u>

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Acréscimo de rendimentos" incluía, essencialmente, a especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria em curso desenvolvidos pela Sociedade naquelas datas, líquidos de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 30 de junho de 2014, a rubrica acima referida incluía um montante de, aproximadamente, 665.000 Euros relativo à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu em julho de 2014 (Nota 22).

11. Diferimentos ativos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	30-06-2013
Gastos a reconhecer:		
Serviços especializados	6.660	6.660
Rendas	11.723	24.299
Seguros	15.534	11.865
Deslocações e estadas	4.203	-
Outros serviços	160	160
Quotizações	-	775
Outros gastos com pessoal	3.446	-
	<u>41.726</u>	<u>43.759</u>

12. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 Euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited.

Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2014 e 2013, os prémios de emissão ascendem a 778.937 Euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a reserva legal ascendia a 20.000 Euros, perfazendo os 20% mínimos exigidos legalmente.

Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 14 de outubro de 2013, o resultado líquido relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2013, no montante de 890.465 Euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Passivos financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	30-06-2013
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	628.952	568.907

14. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2014 e 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2014		30-06-2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	133.490	-	14.927	-
Estimativa de imposto (Nota 9)	-	140.000	-	393.970
Retenções na fonte	859	-	10	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	68.590	-	131.428
Imposto sobre o valor acrescentado	-	56.991	-	57.165
Contribuições para a Segurança Social	-	90.437	-	77.556
	<u>134.349</u>	<u>356.018</u>	<u>14.937</u>	<u>660.119</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2014, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de junho de 2014, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos meses de maio e junho de 2014.

15. Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas pagar" apresentava a seguinte composição:

	30-06-2014	30-06-2013
Acréscimo de gastos com o pessoal:		
. Bónus	331.821	450.548
. Férias e subsídio de férias	283.500	264.000
. Subsídio de natal	71.500	70.000
. Segurança Social	84.341	66.800
Outros acréscimos de gastos	167.475	383.073
	<u>938.637</u>	<u>1.234.421</u>

16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	30-06-2014	30-06-2013
Prestações de serviços	7.538.749	7.616.004
Comissões da atividade de mediação de seguros	267.282	313.556
	<u>7.806.031</u>	<u>7.929.560</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a distribuição das vendas e dos serviços prestados por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

Mercado Geográfico

	30-06-2014	30-06-2013
Interno	2.113.606	3.589.381
Comunitário	5.485.086	4.299.228
Extra-comunitário	207.338	40.951
	<u>7.806.031</u>	<u>7.929.560</u>

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Trabalhos especializados	1.618.750	1.235.926
Rendas e alugueres	468.808	399.685
Deslocações e estadas	113.728	140.225
Seguros	103.405	150.052
Comunicação	89.180	84.063
Despesas de representação	46.391	36.723
Outros serviços	24.993	17.844
Eletricidade	23.024	18.571
Honorários	21.453	27.518
Vigilância e segurança	19.062	20.861
Limpeza, higiene e conforto	14.564	12.328
Subcontratos	13.565	510
Material de escritório	9.843	26.361
Conservação e reparação	6.089	15.637
Publicidade e propaganda	5.879	4.325
Outros - serviços bancários	2.126	1.679
Livros e documentação técnica	821	852
Artigos para oferta	500	368
	<u>2.582.181</u>	<u>2.193.530</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a rubrica "Trabalhos especializados" aumentou substancialmente, estando aquele aumento relacionado com o redébito de despesas relativas aos expatriados (na maioria prestações de serviços de várias entidades) e aos honorários debitados pela casa mãe.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (256.012 Euros em 2014 e 242.757 Euros em 2013).

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a rubrica "Deslocações e estadas" apresentou uma diminuição face ao ano anterior, justificada essencialmente pelo controlo do número de viagens ao estrangeiro. Por outro lado, verificou-se um ligeiro aumento na rubrica de "Despesas de representação" por necessidades profissionais e pelo aumento do número de colaboradores.

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Remunerações do pessoal	4.221.766	3.207.894
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	92.189	97.152
Encargos sobre remunerações	689.595	590.594
Outros	250.390	448.569
	<u>5.253.940</u>	<u>4.344.209</u>

Em 30 de junho de 2014, a rubrica "Remunerações do pessoal" inclui não só os salários dos colaboradores locais como também os custos relacionados com os expatriados, o que justificou o acréscimo ocorrido no exercício nesta rubrica.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, outros encargos suportados com colaboradores expatriados, seguros e formação.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 86 e 72, respetivamente.

19. Amortizações

A composição da rubrica de "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Ativos fixos tangíveis	<u>147.158</u>	<u>88.029</u>

20. Outros gastos e perdas

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 é como segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Impostos	(1.865)	494
Outros	76.180	34.418
	<u>74.315</u>	<u>34.911</u>

21. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2014	30-06-2013
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	435	469
Outros	85	85
	<u>520</u>	<u>554</u>
	<u>520</u>	<u>554</u>

22. Partes relacionadas

22.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede em Inglaterra, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.


22.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 687.801 Euros e 698.734 Euros, respetivamente.

22.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram como segue:

	30-06-2014	30-06-2013
	Serviços prestados	Serviços prestados
Towers Watson (Ireland) Limited	78.850	2.663
Towers Watson AG	18.430	20.745
Towers Watson Australia PTY Ltd.	569	441
Towers Watson Consultoria Ltda	0	1.540
Towers Watson de España SA	35.384	16.561
Towers Watson Delaware Inc.	85.989	10.320
Towers Watson GmbH	8.863	25.684
Towers Watson Italia Srl	12.987	25.198
Towers Watson Limited	5.167.042	3.710.987
Towers Watson Ltd. Zweigniederlassung Frankfurt am Main	13.595	0
Towers Watson Netherlands BV	33.029	28.370
Towers Watson NV	11.472	29.550
Towers Watson Pennsylvania Inc	4.603	1.864
Towers Watson SARL	64.978	39.517
Towers Watson Turkey	0	290
	<u>5.535.791</u>	<u>3.913.729</u>



	30-06-2014	30-06-2013
<u>Serviços obtidos</u>	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Serviços obtidos</u>
Towers Perrin Capital Corp	158.665	174.882
Towers Watson AG	63.007	98.828
Towers Watson de España SA	90.938	78.824
Towers Watson Delaware Inc.	137.762	190.538
Towers Watson Limited	519.845	178.444
Towers Watson Pennsylvania Inc	80.188	153.103
TPF&C, Inc - United States	0	39.361
	<u>1.050.404</u>	<u>913.980</u>

	30-06-2014			30-06-2013		
	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson (Ireland) Limited	11.334	9.019	-	-	-	-
Towers Watson AG	(26)	-	-	-	-	-
Towers Watson de España SA	2.680	-	-	131	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	2.721	-	-	572	-	-
Towers Watson GmbH	-	-	-	9.262	-	-
Towers Watson Italia Srl	2.240	-	-	-	-	-
Towers Watson Limited	1.554.076	656.329	1.163.252	73.241	3.200.000	1.128.989
Towers Watson Netherlands BV	(1.344)	-	-	2.056	-	-
Towers Watson NV	4.988	-	-	-	-	-
Towers Watson Pennsylvania Inc	-	-	-	(146)	-	-
Towers Watson Risk Consulting, Inc	-	-	-	1.440	-	-
Towers Watson SARL	-	-	-	338	-	-
	<u>1.576.670</u>	<u>665.348</u>	<u>1.163.252</u>	<u>86.893</u>	<u>3.200.000</u>	<u>1.128.989</u>

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 30 de junho de 2014 ascendem a 14.470 Euros.

24. Informações exigidas por diplomas legais

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º1 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo:

30 junho 2014

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
95.438	126.731	45.112	100,00%	-	-

30 junho 2013

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
172.154	92.865	48.537	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	<u>30-06-2014</u>	<u>30-06-2013</u>
Empresas de seguros	88.975	61.032
Outros mediadores	10.410	11.091
Clientes	167.897	241.433
	<u>267.282</u>	<u>313.556</u>

c) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, não se verificaram níveis de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade.

d) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

e) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 30 de junho de 2014 e 2013, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	30-06-2014		30-06-2013	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	61.432	0	56.751	0
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Empresas de seguros	0	0	0	0
Outros	61.432	0	56.751	0

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 30 de junho de 2014 e 2013, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	30-06-2014		30-06-2013	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Total	61.432	0	56.751	0
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	0	0	0	0
Outras quantias	61.432	0	56.751	0

g) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 30 de junho de 2014 e 2013, todos os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros estavam vencidos há menos de 90 dias, não havendo registo de imparidade para os mesmos, uma vez que a mesma só seria calculada após essa data.

h) Descrição de obrigações contingentes

Em 30 de junho de 2014 e 2013, não existiam obrigações contingentes.

i) Transmissões de carteiras de seguros

Em 30 de junho de 2014 e 2013, não houve transmissões de carteiras de seguros.



Nos termos do n.º 2 do Artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

- a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2014

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	95.438	126.731	45.112	100,00%	-	-
1021		56.356		21,08%		
3820	40.266			15,06%		
1011		16.453	21.786	14,31%		
1096		32.619		12,20%		
4322			21.786	8,15%		
3814	19.191			7,18%		
3817	17.991			6,73%		
1093	17.991			6,73%		
outras		21.303	1.540	8,55%		

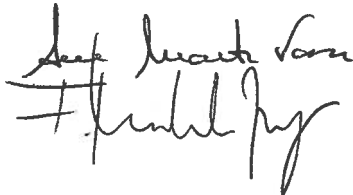
30 junho 2013

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	172.154	92.865	48.537	100,00%	-	-
4693		61.032		19,46%		
1093	40.719			12,99%		
1011		13.202	24.268	11,95%		
3817	35.719			11,39%		
3820	35.496			11,32%		
3805	35.000			11,16%		
3814	25.219			8,04%		
4322			24.268	7,74%		
outras		18.631		5,94%		

- Q
- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 2013, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

A Gerência:



O Técnico Oficial de Contas:

Telma Talagão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Lda. ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2014 que evidencia um total de 4.687.178 Euros e um capital próprio de 2.713.974 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 435.473 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

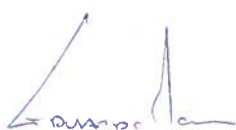
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Lda. em 30 de Junho de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2014.

Lisboa, 7 de Outubro de 2014



Deloitte & Associados, SROC, S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura

